

## Relatório de participação

Evento: ICANN 60

Datas: 28 de outubro a 03 de novembro de 2017

Local: Abu Dhabi

Conselheiro: Thiago Tavares Nunes de Oliveira  
Representante do Terceiro Setor no CGI.br

Nota introdutória: o presente relatório pretende registrar a minha participação no evento em epígrafe, com destaque para os temas de maior interesse do CGI.br. Procura-se evitar redundâncias e sobreposições com outros relatórios já elaborados pela assessoria do CGI.br e pelos demais conselheiros que participaram do mesmo evento e disponibilizaram seus respectivos relatórios.

### Sumário:

A reunião de número 60 da ICANN discutiu uma ampla gama de tópicos, sendo os principais: a) caso .AMAZON; b) 2 letras no segundo nível; e c) discussões no âmbito do DAAR e do PSWG sobre DNS Abuse Mitigation.

#### a) caso .AMAZON

O Board da ICANN emitiu uma resolução sobre o *application* da empresa Amazon em 29 de outubro de 2017 sobre a delegação do domínio de nível superior .amazon. Em tempo hábil, coincidiu com a reunião do GAC com representantes da Amazon.com. A resolução leva em conta a recomendação do Painel de Revisão Independente (IRP) de que o Board “reavalie prontamente a solicitação da Amazon”, sobre a qual o Board encarregou o Comitê de Mecanismos de Responsabilidade da ICANN (BAMC) de revisar a recomendação do painel.

A BAMC então recomendou que o Board solicite ao GAC: a) qualquer informação relacionada a “razões de políticas públicas baseadas em méritos” por não prosseguir com o *application* da Amazon.com; e b) por qualquer informação nova ou adicional relativa ao parecer do GAC sobre o assunto.

O Board da ICANN esclareceu ao GAC que não "decidiu aceitar a recomendação do painel do IRP para reavaliar o pedido". No entanto, se o quiser, o GAC agora tem a oportunidade de fornecer mais informações.

Em uma carta<sup>1</sup> ao Board, a Amazon.com reiterou sua posição e compromisso em encontrar uma solução com os governos interessados em usar o .amazon de uma forma que respeitasse “as pessoas, a cultura, a história e a ecologia da região da Amazônia”. Uma solução de compromisso com três componentes foi apresentada para o GAC, nos seguintes termos, em síntese: 1) nomes culturalmente sensíveis no segundo nível seriam bloqueados (por exemplo, rainforest.amazon); 2) a lista poderia ser ampliada mediante consultas regulares com os governos relevantes; 3) a Amazon.com apoiaria candidatos locais para nomes locais da região, por exemplo .amazonia, .amazônica, .amazonas, por exemplo, por meio de suporte técnico (operações de registro de *back-end*) ou elaboração e revisão de *applications*. A solução seria integrada ao contrato de registro com a ICANN por meio de um compromisso de interesse público (PIC). Tal PIC seria juridicamente vinculativo e executável pela ICANN.

Dentro do GAC, oito países da “região amazônica”, liderados pelo Brasil, se opõem fortemente ao Board “revisar sua decisão”. Enquanto isso, vários membros do GAC têm muito receio de criar um precedente (por exemplo, Irã, Rússia, França, Argentina, Portugal) ao solicitar que o GAC revise seus *advices* (anteriores). Outros apontaram que o GAC pode querer considerar a questão sob “novas circunstâncias” (ou seja, a proposta acima mencionada da Amazon.com).

Reunião reservada foi agendada pelo CEO da ICANN com executivos da Amazon e representantes do Brasil e Perú para tratar do assunto.

## **b) 2 letras no segundo nível**

O GAC solicitou que o mandato da "força-tarefa proposta pelo presidente da ICANN" para resolver o problema fosse esclarecido. Observe-se que o último Comunicado não se refere a uma “força-tarefa”, mas a “ações necessárias para uma resolução satisfatória”.

Na avaliação do GAC os esclarecimentos do Board da ICANN até o momento foram "insuficientes"; o GAC se depara com um “fato consumado” (Brasil). Uma mudança importante nas regras foi implementada “sem qualquer consulta ao GAC” (Argentina) no final de 2016, demonstrando falta de “transparência, comunicação e devido processo” e de “respeito aos governos” (França).

---

<sup>1</sup> Disponível em:

[http://www.circleid.com/posts/20170912\\_amazon\\_letter\\_to\\_icann\\_board\\_time\\_to\\_approve\\_dot\\_amazon\\_tld/](http://www.circleid.com/posts/20170912_amazon_letter_to_icann_board_time_to_approve_dot_amazon_tld/)

A questão deve ser discutida com todo o GAC e não “de maneira bilateral” (Argentina, Portugal, Rússia, etc.). Curiosamente, como foi confirmado pela ICANN, 25 governos de fato fizeram uso de tais reuniões bilaterais.

Göran Marby, CEO da ICANN, reiterou em reunião com o GAC que poderia ter sido “mal entendido”: em vez de criar uma força-tarefa formal, ele pretendia intensificar o intercâmbio (bilateral) sobre a questão com membros individuais do GAC que desejassem fazê-lo. Ele enfatizou que “as decisões já foram tomadas”, mas se ofereceu para alcançar os membros individuais e a nova liderança sobre isso. No entanto, não haveria “novos passos”. Ele ressaltou que muitos membros do GAC tinham *registries e registrars* que haviam delegado códigos de duas letras, incluindo códigos de país. A ICANN conversou com alguns deles e “não vimos nenhum abuso vindo disso”.

### c) DAAR + PSWG

Durante a ICANN60 o PSWG organizou uma sessão intercomunitária, onde discutiu: relatórios de abuso de DNS para formulação de políticas baseadas em fatos e mitigação eficaz para discutir o estabelecimento de mecanismos confiáveis, públicos e acionáveis de denúncia de abuso de DNS para a prevenção e mitigação de abuso, e para permitir a formulação de políticas baseadas em evidências. A sessão confirmou a necessidade de publicação de dados confiáveis e detalhados sobre Abuso de DNS, conforme contido na ferramenta de Relatório de Atividade de Abuso de Domínio (DAAR). O PSWG se comprometeu a desenvolver um conjunto de princípios do GAC a esse respeito em seu relatório e no GAC Communiqué.

A sessão enfocou três questões que refletem o trabalho do PSWG: como identificar o abuso do DNS de maneira confiável, como criar relatórios de abuso eficazes e transparentes e como usá-los para medidas preventivas por *registries e registrars*, em conformidade contratual e na formulação de políticas.

As ameaças abordadas incluem: phishing, comando e controle de botnets e distribuição de *malware* - e “também discutivelmente incluem spam”, como um indicador de abuso.

Foram apresentados dois projetos relacionados a abusos, o DAAR e o CCT (concorrência, consumidor, confiança e escolha do consumidor) na ICANN. A discussão subsequente tratou de questões como “o abusador óbvio”, “indicadores de provável abuso” (incluindo conteúdo), “relatórios de abuso eficazes e transparentes” e outras “abordagens preventivas”, responsabilidade, medidas pró-ativas como “vantagem competitiva”, etc.

O GAC continua trabalhando em princípios para o relatório de abuso de DNS (no qual não há atualmente nenhum contrato). Estão incluídos no escopo os feeds confiáveis (por exemplo, para materiais de exploração sexual infantil). Os princípios são categorizados em: identificação (quais fontes), relatório (*naming & shaming*) e uso real (definição de limites e critérios de ação). Eles também incluem uma referência a "conteúdo ilegal". Os EUA indicaram que isso está fora do mandato da ICANN e questionaram como isso seria tratado no contexto do DNS e como o DNS deveria ser usado como um mecanismo para impedir a disseminação de material de abuso infantil (que é usado como principal exemplo pelo PSWG). Seguiu-se uma explicação que deve ser vista sob a noção de “criar transparência”, o que pode ajudar, na visão da Comissão Europeia, “as pessoas que fazem parte desta comunidade a fazer escolhas melhor informadas”.

Slides:

[https://schd.ws/hosted\\_files/icann60abudhabi2017/63/icann60-pswg-abuse-reporting-30oct17-final.pdf](https://schd.ws/hosted_files/icann60abudhabi2017/63/icann60-pswg-abuse-reporting-30oct17-final.pdf)